

30 ANOS DE HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA A RESPEITO DA ESCRavidÃO NO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

MARC JAY HOFFNAGEL*

Resumo: Este artigo versa sobre alguns aspectos da produção historiográfica do programa de Pós-graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco durante as três últimas décadas. A primeira parte trata dos cortes cronológicos escolhidos pelos alunos do curso de mestrado. A segunda aborda as tendências historiográficas da produção dos mestrandos que trabalharam com a temática da escravidão no Brasil. Palavras-chave: Pós-graduação; Historiografia, Escravidão e Império do Brasil.

Abstract: This article deals with the historiographic content of the Masters theses presented by students of the Graduate Program in history of the Universidade Federal de Pernambuco during the last three decades. The first part of the article discusses with the historical period chosen by the Masters degree candidates. The second part analyzes the historiographic tendencies of those analyzes historiographic tendencies of those theses which deal with slavery during the Brazilian Empire in Brazil. Key-words: Post-graduation; Historiography; Slavery; Brazilian Empire.

O ano de 2004 marca o trigésimo aniversário da criação do programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.¹

Este Programa tem sido responsável pela qualificação de centenas de historiadores que hoje exercem atividades de docência em várias Instituições de Ensino Superior espalhadas pelo Norte e Nordeste do Brasil.

No intuito de contribuir para a preservação da memória deste Programa e de estimular uma reflexão a respeito dos caminhos a serem futuramente trilhados, este artigo tece algumas considerações sobre a produção discente do Curso de Mestrado em História a partir de 1974.

O trabalho divide-se em duas partes. A primeira consiste numa análise das preferências dos mestrandos por determinados períodos da história do Brasil, definidos aqui de acordo com critérios político-administrativos, ou seja, Colônia, Império e República.² A segunda parte contempla as questões abordadas nas dissertações que trataram sobre a escravidão na região, observando-se como aquela produção refletiu as tendências da historiografia nacional.

Quando considerado o conjunto das 265 dissertações elaboradas³ desde o início do Programa, torna-se claro que a República representa o período mais atrativo aos interesses dos alunos. Quase dois terços (60%) do total das dissertações abordaram este período.

Sobre o Império recaíram 23% das escolhas, deixando este período histórico em segundo lugar na preferência dos pesquisadores. É interessante observar que apesar de uma longa tradição em Pernambuco na pesquisa histórica sobre a Colônia, este período foi contemplado por apenas 17% das dissertações. Estes dados são apresentados no Tabela 1.

TABELA 1: Distribuição das dissertações em função dos cortes cronológicos escolhidos pelos alunos do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (1977-2004)

COLÔNIA	45	17%
IMPÉRIO	62	23%
REPÚBLICA	158	60%
Total	265	100%

Fonte: Acervo das dissertações e teses- Biblioteca Armando Souto Maior – PPGH- UFPE

As preferências dos alunos passaram por mudanças significativas ao longo dos últimos trinta anos. Durante os anos de 1977 a 1984, o Império sobressaiu como o período histórico que mais chamou a atenção dos alunos. Das dissertações defendidas durante este corte temporal, 43,4% abordaram temas relacionados com a história do Império. A República, responsável por 30% das preferências ocupou o segundo lugar, enquanto 26,6% versaram sobre o período colonial. Veja-se no Tabela 2.

COLÔNIA	08	26,7%
IMPÉRIO	13	43,3%
REPÚBLICA	9	30%
Total	30	100%

Fonte: Acervo das Dissertações e Teses- Biblioteca Armando Souto Maior – PPGH- UFPE

Nos sete anos seguintes, 1985-1991, o período republicano—segundo colocado nas escolhas dos alunos entre os anos de 1977 a 1984—passou a ocupar o primeiro lugar, totalizando mais da metade ou 54,4% das dissertações apresentadas. Observe-se que neste mesmo intervalo o interesse pela história do Império sofreu uma queda significativa, com 31,6% das dissertações tratando desse período histórico. A preferência pelo período colonial também sofreu um declínio, de maneira que, entre 1985-1991, apenas 14% das dissertações defendidas voltaram-se para ele. Veja-se Tabela 3.

COLÔNIA	08	14%
IMPÉRIO	18	31,6%
REPÚBLICA	31	54,4%
Total	57	100%

Fonte: Acervo das dissertações e teses- Biblioteca Armando Souto Maior – PPGU- UFPE

Conforme o Tabela 4, estas tendências permaneceram mais ou menos estáveis nos sete anos seguintes. Entre os alunos que obtiveram o título de Mestre nos anos de 1992 a 1998, 58% preferiram estudar a República. Contudo, o Império permaneceu em segundo lugar nas preferências, com 26,1%; enquanto a história colonial contemplou 15,9% das dissertações aprovadas.

TABELA 4: Distribuição das dissertações em função dos cortes cronológicos escolhidos pelos alunos do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (1992-1998)

COLÔNIA	11	15,9%
IMPÉRIO	18	26,1%
REPÚBLICA	40	58%
Total	69	100%

Fonte: Acervo das dissertações e teses- Biblioteca Armando Souto Maior – PPGU- UFPE

A produção dos anos de 1999 a 2004 evidencia o crescente interesse pela história republicana. Este período histórico acabou sendo abordado por 71,6% dos mestrados. No entanto, pela primeira vez, a Colônia superou o Império nas temáticas de interesse dos mestrados. Enquanto 16,5% das dissertações defendidas entre 1999-2004 trataram da história da colônia, apenas 11,9% enfocaram o período imperial. Veja-se Tabela 5.

TABELA 5: Distribuição das dissertações em função dos cortes cronológicos escolhidos pelos alunos do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (1999-2004)

COLÔNIA	18	16,5%
IMPÉRIO	13	11,9%
REPÚBLICA	78	71,6%
Total	109	100%

Fonte: Acervo das dissertações e teses- Biblioteca Armando Souto Maior – PPGU- UFPE

Uma análise detalhada dos fatores que influenciaram as preferências dos alunos extrapolaria os limites deste artigo. Sem dúvidas, as mudanças

na composição do corpo docente, as novas tendências historiográficas dentro e fora do país e a disponibilidade de “novas” fontes, exerceram um papel fundamental na determinação destas preferências. Some-se a estas questões, a própria historicidade do corpo discente— constituída pela luta contra a ditadura militar, “abertura política”, pelo fim do bipartidarismo, pela emergência do PT e dos novos movimentos sociais— como um fator fundamental para a escolhas dos temas relativos ao Brasil contemporâneo.

As mudanças identificadas na produção discente do Programa não se limitaram às escolhas de determinados períodos. Variaram também os temas e as abordagens, variação esta que refletiu as novas tendências historiográficas que afetaram os vários campos da história ao longo das últimas décadas. Para melhor ilustrar esta assertiva, serão examinadas as dissertações defendidas entre 1977 e 2004, as quais preocuparam-se com as temáticas relativas à escravidão no Nordeste durante o Império.

De uma forma ou de outra, até meados da década de 1990, a produção discente relativa à escravidão foi influenciada pela chamada Escola de São Paulo. Em recente artigo, Stuart Schwartz identificou as principais características desta corrente historiográfica, emergida nos anos 1950-1960, como uma refutação às teses de Gilberto Freyre:

*“Grande parte das críticas a Freyre durante as décadas de 1950-1960 provinha de jovens sociólogos de São Paulo, fortemente influenciados por teorias marxistas e uma visão materialista da sociedade. Menos preocupados com o fenômeno (escravismo) em si, seu principal objetivo era entender a repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira e, em alguns casos, no sistema subsequente de relações raciais. Os estudos regionais pormenorizados de Emília Viotti da Costa (1966), sobre São Paulo; Fernando Henrique Cardoso (1962), sobre o Rio Grande do Sul; Octávio Ianni (1962), sobre o Paraná e os trabalhos teóricos mais gerais de Paula Beiguelman (1967, 1968), sobre o escravismo; e de Florestan Fernandes (1969, 1972) sobre as relações raciais, todas abordaram de diversas maneiras a questão fundamental das conseqüências do escravismo na economia do regime e na sociedade”.*⁴

Observa-se nas dissertações defendidas a influência desta corrente historiográfica. Uma análise das dissertações elaboradas nas décadas de 1970-1980, a respeito da escravidão, revela a preocupação dos alunos com relação a dois aspectos: a presença e o papel da população escrava nas economias do Nordeste e as várias facetas da desagregação do sistema escravista na região.

Os textos de Ana Maria Barros dos Santos intitulado *Introdução ao estudo da escravidão em Pernambuco e sua transição para o trabalho livre*, de 1978; Diana Soares de Galliza, *O declínio da escravidão na Paraíba- 1850-1888*, apresentado em 1977; Jalila A. Jorge Ribeiro, *A desagregação do sistema escravista no Maranhão*, de 1983 e de Pedro A. de Oliveira Silva, *O declínio da escravidão no Ceará*, de 1988; além de fornecerem dados valiosos a respeito das características da população escrava, como a sua localização geográfica, sexo, faixa etária e atividades desempenhadas, tecem considerações sobre o declínio do sistema escravista a partir da extinção do tráfico internacional. Alguns destes trabalhos se destacam pela utilização de fontes históricas que, até então, eram pouco exploradas pelos estudiosos da escravidão na região.

Diana Soares Galliza, por exemplo, trabalhando com uma documentação cartorial (testamentos, registros de compra e venda e inventários) demonstrou que, ao contrário do que se pensava naquela ocasião, existiu uma forte presença de mão-de-obra escrava nas atividades pecuaristas nos municípios do sertão. Da mesma forma que Galliza, Jalila A. Jorge Ribeiro, também por intermédio de fontes cartoriais, demonstrou a presença e o declínio do trabalho escravo nas diversas esferas da produção da economia maranhense. Ambas as autoras atribuíram o rápido declínio da escravidão na região a uma conjugação de fatores macroeconômicos, como a queda dos preços agrícolas nos mercados nacional e internacional, e o impacto devastador de fenômenos naturais como a grande seca de 1877-1879.

A característica mais comum destas dissertações, e uma que reflete a influência dos acadêmicos da Escola de São Paulo, é a tendência de coisificarem a população escrava. Desta forma, as personagens centrais destas dissertações não são os “escravos em si” mas, a força de trabalho escravo. O escravo, portanto, foi apresentado como fator de produção totalmente despersonalizado.

Grande parte das dissertações a respeito da escravidão, defendidas nas décadas de 1970 e 1980, abordaram as reações da classe senhorial diante da desagregação do sistema de cativo. É desnecessário dizer que, nestes estudos, os escravos assumem a condição de serem praticamente invisíveis.

Suzana Cavani Rosas, por exemplo, autora da dissertação *A questão agrária na sociedade escravista*, de 1987, examinou a posição dos representantes políticos das elites agrárias e escravistas relativamente à lei de Terras de 1850. A autora procurou estabelecer uma relação entre as opiniões dos parlamentares brasileiros e a situação da escravidão nas suas respectivas regiões.

José Francisco Pinheiro, por sua vez, discutiu a questão da substituição da mão-de-obra escrava numa província onde o trabalho escravo já se encontrava em declínio bem antes da abolição do tráfico em 1850. Sua dissertação, intitulada, *A organização do mercado de trabalho livre no Ceará: 1850-1880*, defendida em 1990 demonstrou como as elites agrárias do Ceará tentaram utilizar a Lei de Recrutamento Militar e as leis contra a vadiagem para arremataram, como força de trabalho, os homens pobres livres da província. O estudo também destaca como os parlamentares do Ceará tentaram influenciar a elaboração do projeto da Lei de Locação de Serviços de 1879, para que esta servisse como um instrumento de coação, capaz de contribuir para a criação de um mercado de trabalho livre na província.

Os trabalhos de Maria Gilda de Freitas Araújo, *Colonização e imigração no ocaso do escravismo em Pernambuco*, de 1988 e de Sylvania Couceiro Bompastor, *O discurso da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco em fins do Império: 1875-1885*, apresentada em 1988; abordam os vários projetos patrocinados pelo governo e elites econômicas de Pernambuco que visavam a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre. Embora estas dissertações tenham lançado uma luz valiosa sobre vários aspectos da mentalidade da classe senhorial e de seus aliados políticos, elas revelam pouco sobre o escravismo “em si”.

A parte do final dos anos 1970 e no início da década de 1980, a historiografia da escravidão começou a passar por profundas mudanças no Brasil e no exterior. Pesquisadores como Eugene Genovese, Herbert

Gutman, Kátia Matoso, João José Reis, Robert Slenes e Stuart Schwartz, entre outros, foram fundamentais neste processo. Sem descartar a centralidade econômica do fenômeno escravismo, estes autores passaram a tratá-lo também como um sistema social e cultural, no qual os escravos assumiram os papéis de sujeitos da sua própria história, apesar das limitações impostas pelo regime escravista. Novos temas, dentre eles, da família escrava; das relações tecidas entre os escravos e os demais setores da população livre; e das diversas formas de resistência exercidas pelos cativos no sentido de melhorarem as suas vidas tornaram-se “novos objetos” de investigação.

O impacto destas novidades sobre a produção historiográfica dos alunos demorou a aparecer. Os temas antigos continuaram a preocupar vários alunos que defenderam suas dissertações no final da década de 1980 e no início dos anos 1990. Por exemplo, Emília Verônica Haunie, cuja dissertação foi defendida em 1998 sob o título *Do retirante ao trabalhador: a grande seca de 1877-1879 e a organização do trabalho livre em Pernambuco*, examinou as tentativas do governo da província de Pernambuco para transformar os flagelados da seca em colonos agrícolas, capazes de suprir as necessidades de mão-de-obra dos senhores de engenho da zona da mata.

Mesmo aqueles estudos que pretenderam conferir uma certa visibilidade aos escravos como indivíduos, tendiam a coisificá-los, semelhantemente à chamada Escola de São Paulo, nos anos 1950-1960. Assim, Maria Ângela de Faria Grillo, autora da dissertação *O cotidiano da escravidão em Pernambuco (1850-1888)*, defendida em 1989, apresentou os escravos seres desprovidos de raciocínio, cujas reações diante da exploração da classe senhorial se limitavam ou a aceitação passiva ou a atos desesperados na tentativa de negarem a sua condição escrava.

Talvez a primeira dissertação defendida no Programa que tenha refletido algumas das novas tendências da historiografia da escravidão nos anos 80 tenha sido a de Sylvana Maria Brandão de Vasconcelos, intitulada, *Ventre livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. Defendida em 1992, este estudo versou a respeito da aplicação da Lei Rio Branco em Pernambuco e conseguiu demonstrar

que em alguns casos, os próprios escravos tomaram conhecimento da legislação e tentaram utilizá-la a seu favor.

A partir de meados dos anos 90 as dissertações defendidas tenderam, por fim, a representarem os escravos como indivíduos capazes de controlarem as suas vidas, apesar da própria condição cativa.

Clarissa Nunes Maia, em *Sambas, batuques, vozerios e farsas públicas em Pernambuco no século XIX*, apresentada em 1995, examinou o comportamento dos escravos de Recife diante das restrições impostas pelas autoridades municipais e provinciais. A autora demonstrou a capacidade dos escravos burlarem as leis que visavam o controle de seus divertimentos e atividades e, assim, conquistarem um grau de autonomia no que diz respeito às suas possibilidades de locomoção, práticas de lazer e manifestações culturais.

A cidade de Recife como palco de resistência escrava também foi discutida por Wellington Barbosa da Silva, na dissertação, *A cidade que escraviza é a mesma que liberta: estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840-1850)*, defendida em 1996. Seguindo caminhos semelhantes aos traçados por Eduardo Silva e João José Reis, o autor rejeitou a rígida dicotomia que encerrava o escravo ou como um “Pai Tomás”, totalmente conformado com sua situação ou como um “Zumbi”, guerrilheiro contra seus opressores. Através de uma análise de anúncios de fugas e registros policiais, o autor discutiu as relações entre senhores e escravos apresentando-as como constitutivas de um processo de negociações no qual, os escravos “transgressores” procuravam conquistar pequenos espaços de autonomia dentro do próprio sistema, ou seja, a “liberdade possível”.

Este mesmo tema foi retomado por Flávia Castro Menezes Silva da Fonseca, autora de *Estratégias de resistência escrava: Recife, 1850-1870*, dissertação apresentada no ano de 2000. A dissertação e Tatiana Silva de Lima, *Os nós que alforriam: relações sociais na construção da liberdade: Recife, décadas de 1840-1850*, de 2004, examinou um outro aspecto daquele processo de “negociação” entre senhores e escravos. Seu estudo sobre a alforria de escravos demonstrou que as cartas de liberdade, longe de constituírem-se em atos unilaterais de doação por parte da classe senhorial, representava o resultado de um conflito no qual ambas as partes tentaram tirar o máximo de vantagem, uma da outra.

Assim, no caso de vários escravos, a alforria representava a conquista de uma “liberdade possível”, uma vez que a sua condição de alforriado dependia da continuação da prestação de serviços aos seus ex-senhores. Ao mesmo tempo, Lima conseguiu recuperar as ações do elenco de personagens envolvidas no complexo processo das alforrias: os escravos, seus familiares, senhores, autoridades administrativas, advogados, juízes e outros setores da população livre.

O estudo da mulher e da família escrava, assuntos constitutivos dos “novos objetos” da historiografia nacional e da escravidão dos anos 80, estiveram presentes no trabalho de Solange Pereira da Rocha, intitulado *Na trilha do feminismo: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba: 1828-1888*, defendida em 2001. Rocha levantou dados sobre a quantidade, a faixa etária e os laços familiares de mulheres escravas para uma amostragem de municípios localizados na Paraíba. Através de uma detalhada análise a respeito de um processo judiciário movido por uma mulher forra contra a família de seu ex-senhor, a autora demonstrou a capacidade dos escravos de conquistarem e protegerem não apenas a sua própria liberdade, mas também a liberdade dos seus familiares.

As mulheres escravas também foram estudadas por Maciel Henrique, cuja dissertação foi defendida em 2004 sob o título, *Pretas de honra: cotidiano e representações das vendeiras e criadas no Recife do século XIX, 1840-1870*. O autor estudou as trabalhadoras negras do Recife oitocentista e as formas como estas, através da apropriação de valores da classe dominantes, elaboraram discursos que lhe permitiram construir identidades semelhantes àquelas das pessoas “reconhecidamente honestas” da sociedade de então.

A nova historiografia da escravidão tem provocado severas críticas por parte de acadêmicos que argumentam que os revisionistas, ao subestimarem violência – pedra angular do sistema escravista – têm contribuído para a “reabilitação” da escravidão.⁵

Atenta a este argumento, Maria de Vitória Barbosa Lima destacou os confrontos violentos entre os escravos e a classe senhorial. Sua dissertação intitulada *Crime e Castigo: a criminalidade escrava na Paraíba, 1850-1888*, apresentada em 2002, baseou-se na análise de registros policiais e processos criminais, procurando demonstrar que a

violência escrava direcionou-se para os indivíduos considerados como instrumentos da opressão escravista, ou seja, feitores, autoridades policiais e os próprios senhores. Ao mesmo tempo, a autora constatou que os castigos aplicados a escravos transgressores, especialmente nos municípios do interior, eram tão imediatos e severos que tornaram-se alvo da preocupação das autoridades da província.

Em síntese, pode-se dizer que se por um lado, este balanço historiográfico das dissertações sobre a escravidão no Império produzidas pelos alunos do curso de Mestrado em História do Programa de Pós-graduação em História da UFPE demonstra que o mesmo tem acompanhado a historiografia da escravidão no Brasil, por outro revela que ainda existem muitas oportunidades para pesquisadores interessados neste campo. Temas como o tráfico inter e intra-provincial, as famílias escravas e o destino dos libertos após a Abolição representam apenas alguns dos vários assuntos sobre a história da escravidão no Nordeste que permanecem à espera de futuros historiadores. Contudo, é fato incontestável que o Curso de Mestrado em História da UFPE tem produzido conhecimento que dá visibilidade à sociedade nordestina e à sua história.

Notas:

*Professor do PPGH/UFPE.

¹O curso de Mestrado em História foi criado em 1974 e credenciado junto ao MEC no ano de 1979. O curso de Doutorado foi implantado no ano de 1991.

²Cf. LAPA, José R. A. *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 45-54.

³Para este artigo não foram contabilizadas as dissertações da Área de Concentração Pré-História do Brasil.

⁴SCHWARTZ, S. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001, p. 25-26.

⁵O mais veemente destes críticos, cf. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1980.